

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
CAMPUS - PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES - CACOAL/RO
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE DIREITO

EVANDRO MARCIO LIBARDI

**A (IN)OBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO
DEVIDO PROCESSO LEGAL, DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA
DEFESA NO PROCESSO APURATÓRIO DISCIPLINAR SUMÁRIO NO
ÂMBITO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE RONDÔNIA**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
MONOGRAFIA

Cacoal – RO
2017

EVANDRO MARCIO LIBARDI

**A (IN)OBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO
DEVIDO PROCESSO LEGAL, DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA
DEFESA NO PROCESSO APURATÓRIO DISCIPLINAR SUMÁRIO NO
ÂMBITO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE RONDÔNIA**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Rondônia –
Campus Professor Francisco Gonçalves Quiles - Cacoal, como
requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em
Direito, elaborada sob a orientação do Professor Esp. Jônathas
Siviero.

Cacoal – RO

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Fundação Universidade Federal de Rondônia
Gerada automaticamente mediante informações fornecidas pelo autor

L964i Libardi, Evandro Marcio.

A (in)observância dos princípios constitucionais do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa no processo apuratório disciplinar sumário no âmbito da Polícia Militar do Estado de Rondônia / Evandro Marcio Libardi.

-- 56 f.

Orientador: Prof. Esp. Jônathas Siviero

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Fundação Universidade Federal de Rondônia

1. Direito administrativo disciplinar militar. 2. Polícia Militar do Estado de Rondônia. 3. Processo apuratório disciplinar sumário. 4. Pressupostos constitucionais. I. Siviero, Jônathas. II. Título.

CDU 342.9

**A (IN)OBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO
DEVIDO PROCESSO LEGAL, DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA
DEFESA NO PROCESSO APURATÓRIO DISCIPLINAR SUMÁRIO NO
ÂMBITO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE RONDÔNIA**

Por

EVANDRO MARCIO LIBARDI

Monografia apresentada ao Curso de Direito da Fundação Universidade Federal de Rondônia UNIR – *Campus* Professor Francisco Gonçalves Quiles – Cacoal, para obtenção do grau de Bacharel em Direito, mediante a Banca Examinadora formada por:

Professor Esp. Jônathas Siviero - UNIR - Presidente

Professora M.^a Simone Maria Gonçalves de Oliveira Ulian - UNIR - Membro

Professora Esp. Graciela Flávia Hack - UNIR - Membro

Conceito: 95.

Cacoal, 19 de julho de 2017.

A minha esposa, Eliana e meus filhos, Cecilia e Pedro, por suportarem com paciência minha ausência durante esta graduação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo dom da vida e por manter-me firme e confiante, mesmo diante de tantas dificuldades.

Aos meus pais, Pedro e Cerli, que lutaram dia após dia na agricultura familiar. Mesmo com poucos recursos, sempre recebi o mais importante, amor e carinho disciplinados pela humildade. Em sua simplicidade, meus pais criaram dois filhos honestos, comprometidos com uma sociedade mais justa. Com meus pais, aprendi que a justiça assemelha-se à agricultura, pois, quem almeja uma boa colheita deve preparar boas sementes, assim, ninguém colhe justiça semeando a injustiça. Hoje, com orgulho, colho os frutos plantados por eles.

Aos meus avós Constantino e Otilde, Alzemiro e Olga, exemplos de honestidade, caráter e serenidade, que sempre prezaram pela união familiar. Com eles aprendi ser prestativo e solidário, que um sorriso no rosto é a maior riqueza que se pode ter na vida.

Aos meus tios Claudir e Vera, meus segundos pais, pessoas de Deus, que com amor estiveram sempre presentes em minha vida.

Ao meu irmão Ewerton, pessoa com que mais discuto, no bom sentido da palavra. Apesar da distância, sinto sempre sua presença perto de mim.

À minha amada esposa Eliana, parceira dos momentos bons e ruins, testemunha do quanto foi difícil chegar até aqui. Te agradeço todos os dias por ter trago ao mundo as duas coisas que mais amo, nossos filhos Cecilia e Pedro. Cecilia, uma guerreira, vencedora na luta contra o câncer. Pedro, que veio para nos alegrar em meio ao sofrimento do tratamento da irmã. Esta vitória é nossa. Amo vocês.

Ao meu orientador, Prof. Esp. Jônathas Siviero, pela paciência que teve comigo e grande capacidade de ajudar-me a trilhar o melhor caminho neste nosso trabalho.

Aos meus amigos César, Nobre, João e Thúlio, que me inspiraram a buscar respostas para alguns questionamentos apresentados nos processos administrativos disciplinares da Polícia Militar do Estado de Rondônia.

Aos amigos que fiz durante a graduação, João Ricardo, Meregildo, Sidinei, Sgt Jaques, Filipe, Fábio, Valmir, Gustavo, Rayane, Érica, Valesca, Thays, Carlos, Walter, Alexsandro, Marilene, Raimundo e Geraldo, aos demais colegas de turma e professores, amizades que levarei comigo por onde for.

Os agradecimentos não se exaurem nestes. Estes foram importantes nos momentos mais difíceis, seria inconveniente se dissesse que somente deles devo lembrar. Por isso, para evitar injustiças, agradeço, também, quem indiretamente tenha contribuído com minha graduação e este trabalho.

Resistir à injustiça é um dever do indivíduo para consigo mesmo, porque é um preceito da existência moral; é um dever para com a sociedade, porque esta resistência não pode ser coroada com o triunfo, senão quando for geral.

(Rudolf Von Ihering, 1872)

RESUMO

O presente trabalho faz uma análise do Processo Apuratório Disciplinar Sumário (PADS) no âmbito da Polícia Militar do Estado de Rondônia, empregando o raciocínio hipotético-dedutivo. Outrossim, situa no Direito Administrativo o Direito Administrativo Militar, o Poder Disciplinar e os pressupostos constitucionais do Devido Processo Legal, do Contraditório e da Ampla Defesa, observáveis e aplicáveis aos processos administrativos disciplinares no âmbito da Polícia Militar do Estado de Rondônia, bem como aborda o Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Estado de Rondônia, quanto às transgressões disciplinares e devidos processos administrativos, destacando o Processo Apuratório Disciplinar Sumário (PADS), ato administrativo que apura e sanciona transgressões disciplinares descritas no Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Estado de Rondônia – RDPM/RO, aferindo a (in)observância de pressupostos constitucionais do Contraditório e da Ampla Defesa, assim, avaliando a existência de danos decorrentes desta (in)observância de garantias constitucionais neste procedimento sumário, bem como consequentes prejuízos ao justo resultado do processo, destacando as garantias constitucionais que devem ser observadas nos processos administrativos.

Palavras-chave: Direito Administrativo Disciplinar Militar. Polícia Militar do Estado de Rondônia. Processo Apuratório Disciplinar Sumário. Pressupostos constitucionais.

ABSTRACT

This paper analyzes the Aphoristic Summary Disciplinary Process (PADS) within the Military Police of the State of Rondônia, using hypothetical-deductive reasoning. In addition, it places in Administrative Law the Military Administrative Law, the Disciplinary Power and the constitutional presuppositions of Due Process Legal, Contradictory and Broad Defense, observable and applicable to disciplinary administrative processes within the scope of the Military Police of the State of Rondônia, as well as addresses The Disciplinary Regulation of the Military Police of the State of Rondônia, regarding disciplinary transgressions and due administrative proceedings, highlighting the Aphoristic Summary Disciplinary Process (PADS), administrative act that establishes and sanctions disciplinary infractions described in the Disciplinary Regulation of the Military Police of the State of Rondônia - RDPM / RO, assessing the (in) observance of constitutional assumptions of the Contradictory and Broad Defense, thus assessing the existence of damages resulting from this (in) compliance with constitutional guarantees in this summary procedure, as well as consequent damages to the fair result of the process Highlighting the constitutional guarantees that must be observed in administrative processes.

Keywords: Military Disciplinary Administrative Law. Military Police of the State of Rondônia. Aphoristic Summary Disciplinary Process. Constitutional assumptions.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

art.: Artigo

arts.: Artigos

CD: Conselho de Disciplina

CJ: Conselho de Justificação

CRFB-88: Constituição da República Federativa do Brasil de 1988

n.º: Número

PAD: Processo Administrativo Disciplinar

PADS: Processo Apuratório Disciplinar Sumário

PMRO: Polícia Militar do Estado de Rondônia

RDPM/RO: Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Estado de Rondônia

STF: Supremo Tribunal Federal

STJ: Superior Tribunal de Justiça

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 DIREITO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR MILITAR	15
1.1 DIREITO ADMINISTRATIVO	15
1.2 DIREITO ADMINISTRATIVO MILITAR	15
1.3 PODERES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MILITAR.....	17
1.3.1 Poder discricionário.....	18
1.3.2 Poder hierárquico.....	20
1.3.3 Poder disciplinar	21
1.4 DIREITO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR	22
1.5 DIREITO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR MILITAR	22
2 PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS APLICÁVEIS AOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES	24
2.1 PRINCÍPIO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL	25
2.2 PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA	28
3 POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE RONDÔNIA.....	33
3.1 REGULAMENTO DISCIPLINAR DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE RONDÔNIA.....	37
3.2 PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES.....	39
3.3 PROCESSO APURATÓRIO DISCIPLINAR SUMÁRIO	41
4 DESENVOLVIMENTO PROCEDIMENTAL DO PADS	44
4.1 A (IN)OBSERVÂNCIA DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA NO PADS.....	47
CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS.....	54

INTRODUÇÃO

A Constituição da República Federativa do Brasil, chamada “Constituição Cidadã”, promulgada em 1988, passou a assegurar aos processos administrativos as mesmas garantias e direitos individuais observados nas demandas judiciais, do Devido Processo Legal, dentre os quais o do Contraditório e da Ampla Defesa, ensejando adequações dos procedimentos ao Poder Administrativo Disciplinar Estatal.

O primeiro capítulo visa situar no Direito Administrativo, o Direito Administrativo, e neste os poderes disciplinar, hierárquico e discricionário. Nesta perspectiva, uma peculiar seara do Poder Administrativo Disciplinar, o Direito Administrativo Disciplinar Militar apresenta-se ainda com resquícios da época ditatorial, vivida no Brasil entre 1964 e 1985, existindo, no âmbito militar atual, regulamentos disciplinares e códigos e ética que, por meio de procedimentos administrativos sumários, imputam sanções exasperadas aos acusados de transgressões disciplinares, consistindo em penas privativas de liberdade, punições que deveriam ser direcionadas apenas ao Direito Penal, *ultima ratio*, e não ao Direito Administrativo. Contudo, sendo previstas em legislação própria, estas sanções encontram-se vigentes. De tal modo, é cogente aos Processos Administrativos Disciplinares Militares a garantia do Devido Processo Legal e demais pressupostos constitucionais, garantias que serão enfatizadas no segundo capítulo.

O terceiro capítulo tratará sobre a Polícia Militar do Estado de Rondônia, seu Regulamento Disciplinar e os respectivos processos administrativos disciplinares, tendo o Processo Apuratório Disciplinar Sumário como foco principal do presente trabalho.

Conforme rege o Art. 144 §§ 5º e 6º da CRFB/88, compete às Polícias Militares o policiamento ostensivo e a preservação da Ordem Pública, instituídas em

subordinação direta dos governos estaduais, como órgãos da Administração Direta Estadual. Os seus integrantes são servidores públicos militares, denominados policiais militares, regidos pelo Direito Administrativo Militar, regime que possui suas características e peculiaridades, principalmente no que tange ao caráter disciplinar.

O contato pessoal constante destes servidores com a população, no intuito de preservar ou restituir a ordem pública, mediante presença física e, sendo necessário, o uso de força repressiva e até letal, são características da função Policial Militar. Em tese, diante de algumas relações conflitantes, decorrentes deste contato, policiais militares, principalmente por despreparo técnico ou inexperiência, estão sujeitos a cometer transgressões, principalmente de ordem ética. Há ainda, transgressões disciplinares decorrentes da inobservância da hierarquia e disciplina entre subordinados e comandantes, desrespeito aos princípios basilares do militarismo.

Cada uma das Polícias Militares Estaduais possui um regulamento disciplinar próprio, que descreve as transgressões, sanções, processos e procedimentos adotados aos cometimentos de fatos tidos como contrários a ética policial militar, ética esta, tão esperada de órgão imprescindível à Segurança Pública. O Governo do Estado de Rondônia pelo Decreto nº 13.255, de 12 de novembro de 2007, instituiu o Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Estado de Rondônia (RDPM/RO), que trata dos Processos Administrativos e procedimentos cabíveis a apuração, processamento, sanções e punições dos Policiais Militares, que em tese cometam transgressões disciplinares.

Dentre os processos administrativos descritos no RDPM/RO, há os que se destinam às transgressões de natureza grave, que possuem como sanção a demissão e o licenciamento a bem da Disciplina, que são o Processo Administrativo Disciplinar, o Conselho de Disciplina e o Conselho de Justificação. A estes Processos, por possuírem um rito mais elaborado, são observadas as garantias e pressupostos constitucionais adequados aos procedimentos administrativos disciplinares.

Não obstante, as transgressões de natureza média e leve, que não constituem a necessidade de demissão, possuem como sanção penas privativas de liberdade de até 10 (dez) dias, e são processadas pelo Processo Apuratório Disciplinar Sumário (PADS), que por apresentar um procedimento mais simples, pode ocorrer a inobservância de alguns pressupostos constitucionais, como o do

Devido Processo Legal, do Contraditório e da Ampla Defesa, visto que, se ausentes, deturpam a busca pela verdade real, incidindo em danos extremamente prejudiciais ao resultado justo do referido processo administrativo. Portanto, embora sumário, no processamento do PADS é imprescindível o respeito aos princípios constitucionais, como será tratado no quarto e último capítulo.

Com o objetivo de promover a análise e desenvolvimento do tema proposto, e, a partir do estudo de princípios, leis ou teorias apontadas, identificando os problemas existentes entre as expectativas e as possíveis teorias, encontrando e testando soluções mais justas e plausíveis da realidade, será empregado método hipotético-dedutivo. Então, será feita uma abordagem documental e bibliográfica da legislação vigente acerca do PADS, aferindo a (in)observância do Contraditório e da Ampla Defesa em consonância com a realidade em foco, cuja solução envolve conjecturas, hipóteses, teorias e eliminação de erros.

Assim, este estudo, ao aferir o PADS no âmbito da Polícia Militar do Estado de Rondônia quanto a (in)observância dos pressupostos constitucionais, busca proporcionar maior conhecimento da comunidade acadêmica sobre o Direito Administrativo Militar, bem como contribuir para o processamento justo, indicando à Administração Policial Militar a acuidade na observância das garantias constitucionais, instando-os a visualizar a importância em promover aos policiais militares, profissionais que labutam diuturnamente em prol da ordem pública, que, ao se verem submetidos a processo administrativo, terão direito ao mesmo processo justo que os cidadãos que aqueles protegem.

1 DIREITO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR MILITAR

A *priori*, para correto entendimento do tema, faz-se necessário definir e alocar o Direito Administrativo Disciplinar Militar como seção específica do Direito Administrativo, destacando seu peculiar Poder Disciplinar aplicado à Administração Pública Militar.

1.1 DIREITO ADMINISTRATIVO

Ao Direito Administrativo compete a organização interna da Administração Pública desenvolvida por meio de seus órgãos, referente a pessoal, hierarquia, funcionamento de serviços e relações com seus administrados, exercida em caráter de subordinação à lei para a consecução preordenada do interesse público, com vistas a satisfação das necessidades coletivas.

Desta forma, Meirelles (2003, p. 38) conceitua o Direito Administrativo como o "conjunto harmônico de princípios jurídicos que regem os órgãos, os agentes e as atividades públicas tendentes a realizar concreta, direta e imediatamente os fins desejados pelo Estado". Na mesma senda, Di Pietro (2014, p. 43) define o Direito Administrativo como:

[...] o ramo do direito público que tem por objeto os órgãos, agentes e pessoas jurídicas administrativas que integram a Administração Pública, a atividade jurídica não contenciosa que exerce e os bens de que se utiliza para a consecução de seus fins, de natureza pública.

Em suma, o Direito Administrativo compreende e rege a organização das atividades Estatais, é o aparelhamento legal, perene, técnico e sistemático dos serviços próprios do Estado ou por ele assumido, voltado em benefício e para a satisfação dos interesses públicos, ou seja, teleologicamente o bem comum.

1.2 DIREITO ADMINISTRATIVO MILITAR

O Direito Administrativo Militar pode ser definido como sub-ramo especializado do Direito Administrativo, que conduz de forma sistemática os princípios e preceitos jurídicos das atividades administrativas peculiares das

organizações militares, quais sejam as Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica) e Forças Auxiliares (Polícias Militares Estaduais e Corpos de Bombeiros Militares), órgãos voltados ao cumprimento das suas destinações constitucionais, bem como os demais fins legalmente atribuídos a elas.

O Direito Administrativo Militar não é um ramo autônomo do direito público, mas sim, uma especialização técnico-funcional do Direito Administrativo, pois, conforme ensina Mello (2012, p. 53), “Diz-se que há uma disciplina jurídica autônoma quando corresponde a um conjunto sistematizado de princípios e regras que lhe dão identidade, diferenciando-a das demais ramificações do direito”.

A saber, cientificamente, para considerar-se como autônoma, certa disciplina jurídica, necessariamente deve apresentar requisitos específicos que a diferencie das demais. Assim preceitua Cretella Júnior (2002, p. 8), ao indicar que a autonomia de um ramo do direito como ciência jurídica ocorre quando este ramo apresenta objeto próprio, institutos próprios, método próprio e princípios informativos próprios, exorbitantes e derogatórios de direito comum.

Não obstante, o consenso inexistia entre doutrinadores sobre todos os requisitos indispensáveis à autonomia jurídica, no entanto, dois têm sido adotados com unanimidade, sendo a existência de objeto próprio e a presença de princípios informativos próprios que diferencia a disciplina das demais.

O Direito Administrativo Militar possui objeto próprio, a Administração Pública Militar, tanto no sentido orgânico e subjetivo (organização e pessoal), como no sentido objetivo (atividade administrativa militar). Também possui institutos específicos, diversos dos apresentados pelos demais ramos jurídicos, tendo como exemplos a deserção e a prisão disciplinar, e consequentes métodos próprios de suas funções militares, entretanto, não possui princípios informativos próprios, sendo-lhe aplicados os mesmos princípios balizadores do Direito Administrativo.

Os princípios são conjecturas que condicionam o alicerce de uma disciplina, surgindo como parâmetros de interpretação das demais normas jurídicas. Os princípios norteadores do direito administrativo definem, estruturam e orientam os limites de atuação da Administração Pública, podendo ser abrangidos como normas fundamentais, constitucionais e infraconstitucionais, ou mesmo de valores implícitos no sistema jurídico.

A Constituição Federal vaticina expressamente em seu art. 37, *caput*, cinco princípios que a Administração Pública deve obedecer, sendo os princípios da

Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência. Além destes, inúmeros outros princípios aplicáveis à Administração encontram-se implícitos no texto constitucional, como finalidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica etc.

Além disso, a caracterização do Direito Administrativo e a base de seu regime jurídico ocorre em função de dois princípios, denominados por Mello (2012, p. 55) como “pedras de toque”, sendo o princípio da supremacia do interesse público sobre o particular e da indisponibilidade do interesse público, decorrendo desses os demais princípios.

Este conjunto sistêmico e harmônico de princípios norteadores do Direito Administrativo é tido como guia pelo Direito Administrativo Militar, adaptados às especificidades da caserna, de forma peculiar, estrutura e organiza a Administração Pública Militar, pautada precipuamente pela hierarquia e disciplina. Na administração militar, o respeito à hierarquia e disciplina deve possuir contornos rígidos, para garantir a manutenção basilar das instituições militares.

Em síntese, o regime jurídico-administrativo do Direito Administrativo Militar, embora seja tratado de forma mais rígida, encontra-se alicerçado sobre os mesmos princípios orientadores do Direito Administrativo, qual seja, a supremacia do interesse público sobre o particular, a indisponibilidade do interesse público e demais princípios que deles derivam. Não sendo suficiente tal rigidez para conferir autonomia científica ao Direito Administrativo Militar, este foi alocado como seção específica do Direito Administrativo.

1.3 PODERES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MILITAR

As funções administrativas afetas à Administração Pública Militar exigem do Estado a instrumentalização de alguns poderes administrativos, mecanismos indispensáveis à persecução do interesse público. Com efeito, de todo poder emana um dever, ou seja, a Administração pode e deve atuar em todas as oportunidades em que o interesse público exigir, sobrepondo a vontade da lei às vontades individuais. Nesse sentido, leciona Cunha Junior (2009, p. 45):

São instrumentos de trabalho com os quais os órgãos e entidades administrativas desenvolvem as suas tarefas e cumprem os seus deveres

funcionais. Por isso mesmo, são chamados poderes instrumentais, consentâneos e proporcionais aos encargos que lhe são conferidos.

A rigor, muito embora sejam prerrogativas do Estado, esses poderes só serão válidos se praticados na proporcionalidade quanto à extensão e intensidade exigidas pela lei. Os excessos sem sentido, que extravasam a norma jurídica e a pretensão do bem comum, caracterizam abusos que, mantidos, subvertem os fins sociais do Estado, assim, se ocorrem tais comportamentos ilegais e inválidos da Administração devem ser fulminados.

Dentre os instrumentos de trabalho da Administração estão os poderes regulamentar, normativo, hierárquico, disciplinar, vinculado, discricionário e o de polícia. Cumpre ressaltar que o presente trabalho trata de Direito Administrativo Disciplinar Militar, de tal modo somente serão destacados os poderes discricionário, hierárquico e disciplinar.

1.3.1 Poder discricionário

Ocorrem situações em que o texto legal atribui ao administrador margem de escolha, cabendo a este, diante do caso concreto, identificar com base em critérios subjetivos a solução mais adequada. Em outras palavras, o poder discricionário corporifica-se quando a lei propicia ao agente público certa liberdade de escolha dentre soluções possíveis descritas na lei, qual seja, a mais oportuna e conveniente para o caso concreto. Por oportunidade e conveniência Abreu (2010, p. 57) discorre:

A oportunidade está relacionada ao melhor momento em que o ato deve ser praticado para satisfazer o interesse público. A conveniência se refere, em síntese, à utilidade do ato. A oportunidade e a conveniência constituem o denominado mérito do ato administrativo.

Para Carvalho (2017, p. 123), o que se denomina mérito administrativo, nada mais é do que o poder de escolha dentro dos limites que a lei dispõe como lícito ao administrador e que preserve de maneira mais efetiva o interesse público. No dizer de Mello (2012, p. 981):

Mérito do ato é o campo de liberdade suposto na lei e que efetivamente venha a remanescer no caso concreto, para que o administrador, segundo critérios de conveniência e oportunidade, decide entre duas ou mais soluções admissíveis perante a situação vertente, tendo em vista o exato

atendimento da finalidade legal, ante a impossibilidade de ser objetivamente identificada qual delas seria a única adequada.

Insta ressaltar que, o poder discricionário, embora autorizado por lei, restringe-se ao objeto e motivo do ato administrativo. A lei, prevendo de forma clara e precisa o objeto e o motivo, ou seja, a situação fática que enseja determinado ato, não serão cabíveis interpretações subjetivas e, por consequência, uma atuação discricionária.

Não obstante, se a lei tratar de conceitos fluídos, vagos, imprecisos ou com vários significados, impõe-se ao administrador uma apreciação subjetiva do caso concreto, ter-se-á, então, uma atuação discricionária. Contudo, “conceitos jurídicos indeterminados nem sempre conduzem à discricionariedade. Em havendo critérios objetivos para a aferição de seu conteúdo, não existirá espaço para a discricionariedade” (ABREU, 2010, p. 57).

Para Mello (2012, p. 978), é permitida a discricionariedade:

[...] quando a disciplina legal faz remanescer em proveito e a cargo do administrador uma certa esfera de liberdade, perante o que caber-lhe-á preencher com seu juízo subjetivo, pessoal, o campo de indeterminação normativa a fim de satisfazer no caso concreto a finalidade da lei.

Entretanto, mesmo a norma permitindo uma amplitude de decisão, o administrador não pode olvidar-se em garantir os princípios constitucionais em nome da discricionariedade e satisfação da finalidade da lei, o que seria uma grave violação a base estrutural do ordenamento jurídico, pois como também leciona Mello (2012, p. 975):

Violar um princípio é muito mais grave que transgredir uma norma qualquer. A desatenção ao princípio implica ofensa não apenas a um específico mandamento obrigatório, mas a todo o sistema de comandos. É a mais grave forma de ilegalidade ou inconstitucionalidade, conforme o escalão do princípio atingido, porque representa insurgência contra todo o sistema, subversão de seus valores fundamentais, contumélia irremissível a seu arcabouço lógico e corrosão de sua estrutura mestra.

Desta forma, fica consignado que o administrador, no exercício de seu poder discricionário, deve satisfazer com eficiência apropriada a finalidade da lei, aplicando-a ao caso concreto, de acordo com critérios subjetivos de conveniência e

oportunidade, todavia, deve observar e garantir os comandos constitucionais que estruturam o arcabouço jurídico.

1.3.2 Poder hierárquico

O Poder Hierárquico é atribuição concedida ao administrador público com fim de organizar, distribuir e escalonar as funções internas de seus órgãos, ordenar e rever a atuação dos seus agentes, determinando uma relação de hierarquia e de subordinação. Dele decorre a hierarquia administrativa, caracterizada pela existência de níveis de subordinação no âmbito de uma mesma pessoa jurídica da Administração Pública, estabelecendo típicas relações superior-subordinado entre seus órgãos e agentes públicos (CARVALHO, 2017, p. 128).

A Administração Pública apresenta um grande número de funções, que necessariamente precisam ser distribuídas, consoante lição de Marinela (2012, p. 218):

A atividade administrativa é composta por uma série de atribuições e responsabilidades que, em razão da amplitude, são impossíveis de serem exercidas por um único órgão ou um único agente. Por isso, é necessário que haja uma distribuição de atribuições e competências, devendo estas estar organizadas em uma estrutura de 'quem manda e quem obedece'.

Na mesma vertente, Carvalho Filho (2009, p. 65), afirma que: “a hierarquia é o escalonamento no plano vertical dos órgãos e agentes da Administração que tem como objetivo a organização da função administrativa”. Como resultado dessa hierarquia estruturada, fundam-se competências desse poder, quais sejam, aos superiores dar ordens e fiscalizar as atividades dos subalternos, avaliando o fiel cumprimento de suas obrigações, consoante à legalidade, bem como delegar e avocar atribuições administrativas, desde que sejam respectivamente competência exclusiva do inferior ou do superior. Ainda cabe aos superiores rever atos e anular de ofício, ou quando provocado pelos interessados, os atos eivados de nulidades e ilegalidades, revogando-os se inconvenientes ou inoportunos.

Como consequências identificadas desta estruturação, incumbe aos agentes públicos subordinados o dever de obediência, em face aos comandos e ordens emanados por seus superiores.

1.3.3 Poder disciplinar

Para Carvalho (2017, p. 130), o Poder Disciplinar é a atribuição pública que apura infrações e aplica sanções àqueles que estejam sujeitos à disciplina dos órgãos e serviços da Administração. Compreende todos os servidores, ou outros particulares, que possuam vínculo de natureza especial com o ente estatal, demonstrando a supremacia especial que o Estado exerce sobre os que se subordinam às normas de funcionamento de serviços ou estabelecimentos da Administração, com vinculação definitiva ou até mesmo transitória.

Em verdade, tem como função o aprimoramento contínuo da prestação de serviços públicos, punindo a malversação de dinheiro público e/ou atuação em desconformidade com a legislação vigente. Com efeito, aplica-se às infrações disciplinares dos agentes públicos, bem como aos particulares que celebram contratos junto ao Poder Público.

Ademais, Carvalho (2017, p. 130) define o poder disciplinar como decorrente do poder hierárquico, possuindo natureza de vínculo especial, entretanto, os contratos celebrados entre a Administração e os particulares também são caracterizados como vínculos especiais. Outrossim, quando a Administração aplicar uma sanção disciplinar a um agente público, essa ação deriva imediatamente do poder disciplinar e mediamente do poder hierárquico, verificando-se nesse caso que o poder disciplinar decorre do hierárquico.

Todavia, quando da aplicação de uma sanção administrativa a algum particular que inadimpliu um contrato administrativo, existe a atuação do poder disciplinar, contudo, inexistente dependência hierárquica e conseqüente afastamento entre o poder disciplinar e o poder hierárquico.

O tema escolhido neste trabalho propôs-se a tratar apenas do poder disciplinar relacionado ao poder hierárquico, afeto ao Direito Administrativo Disciplinar Militar na Polícia Militar do Estado de Rondônia - PMRO, nos casos em que o agente público militar, com vínculo funcional, comete alguma infração disciplinar, apurada por meio de específico processo administrativo e conseqüente aplicação ou não das sanções cabíveis.

1.4 DIREITO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

O Direito Administrativo Disciplinar é parte integrante do Direito Administrativo, balizado pelos princípios deste, aquele, contudo, possui características próprias que o individualiza, assim descreve Luz (2002, p. 62):

O Direito Administrativo Disciplinar está, portanto, com objeto próprio, com normas específicas, com o campo delimitado, porém, não distante da sistemática da Administração Pública, que, embora não o deferindo ao Poder Judiciário, consagra-lhe normas e princípios que este adota, quer algumas de natureza civil e muitas outras de natureza penal e processual penal.

Neste sentido, o Direito Administrativo Disciplinar tem objeto e normas específicas, como defende Cavalcanti (1964, *apud* DEZAN, 2011, p. 57), "o direito disciplinar é parte integrante do direito administrativo, que regula as normas relativas às infrações dos regulamentos internos das repartições administrativas e respectivas sanções".

Ressalte-se que o Direito Administrativo Disciplinar possibilita à Administração a aplicação do poder disciplinar, pelo exercício do *jus perseguendi* e do *jus puniendi*, objetivo e subjetivo, instando aos agentes que com ela possuam relação jurídica material, a observância de seus princípios e normas, bem como, subjetivamente, conferindo o dever de iniciar a persecução para efetivação da reprimenda administrativa.

1.5 DIREITO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR MILITAR

A reboque, possui especificidade peculiar o Direito Administrativo Disciplinar Militar, conforme afirma Martins (1996, p. 66):

O Direito Administrativo Disciplinar Militar é vertente do Direito Administrativo Disciplinar Geral. Não chega a se constituir sub-ramo autônomo do direito público nem tampouco se desgarra do Direito Administrativo, mas é espécie que se desprende do Direito Administrativo Disciplinar por obra de seus institutos [...].

Deduz-se que o Direito Administrativo Disciplinar Militar é uma especialização do Direito Administrativo Disciplinar, sobretudo, porque regula e normatiza as infrações disciplinares militares dos integrantes das Forças Armadas

Federais e das Polícias e Corpos de Bombeiros Militares dos Estados.

Destarte, situado o Direito Administrativo Disciplinar Militar no abrangente Direito Administrativo, passa-se agora aos aspectos constitucionais nos processos administrativos disciplinares.

2 PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS APLICÁVEIS AOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 promoveu modificações significantes em diversas vertentes do poder, cingindo sua força normativa sobre todo ordenamento, assim aduz Dezan (2011, p. 85):

A Constituição Federal se constitui em vértice e ápice de validade de todo o ordenamento jurídico, irradiando normatividade de todas as suas normas e princípios explícitos e implícitos aos sistemas a que rege. Na qualidade de instrumento formal revelador do Estado Democrático de Direito, imprime - por intermédio de instrumentos outros, encarregados de manutenção da força normativa da Constituição (a exemplo das cláusulas pétreas e do Tribunal Constitucional, com competência para a análise e declarações de inconstitucionalidade de lei a atos normativos) - dever de observância por toda e qualquer norma do ordenamento, sob pena de invalidade da norma destoante.

Essa normatividade também aspirou inovações no Direito Administrativo Militar, resultante deste Estado Democrático de Direito, ocorrendo a assimilação de diversos princípios que, até então, só eram garantidos aos acusados em processos judiciais, sendo estendidos aos que demandam em processo administrativo, inclusive militar. Decorrente dessa demanda constitucional, positivou-se na Lei Maior as garantias constitucionais e processuais em favor dos acusados em processo administrativo disciplinar militar que, antes de 1988, somente haviam no direito processual penal. Assim sendo, ficou consignado em nossa Constituição Federal em seu artigo 5º, incisos LIV e LV, que dispõe *in verbis*:

Art 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...]

LIV - ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal;

LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes; [...]

Dentre as modificações, passou-se a garantir aos militares alguns direitos que, até o dia 05 de outubro de 1988, não possuíam. Destarte, a aplicação do Devido Processo Legal, do Contraditório e da Ampla Defesa, que até então era exceção no ramo do Direito Administrativo Militar, passaram a ser a regra sob pena

de nulidade da sanção disciplinar aplicada, assim ensina Rosa (2009, p. 18):

O art. 5º, inciso LV, da CF, assegurou aos acusados em processo judicial, ou administrativo, a ampla defesa e o contraditório, o que significa que o militar não poderá ser punido, ou perder seus bens, sem que lhe seja assegurada a observância dos princípios constitucionais. A defesa prevista na CF impede a existência de um processo meramente formal, que tenha por objetivo apenas dar uma aparência de legalidade. O processo administrativo deve ser efetivo com a participação do defensor e do acusado em todos os atos, sendo que a presença do militar não é facultativa, mas obrigatória, sob pena de nulidade do ato.

Portanto, a Constituição Federal de 1988 assegura aos agentes da Administração Pública, submetidos a processos administrativos, inclusive os militares, a observância dos princípios constitucionais, sobretudo ao Devido Processo Legal, a Ampla Defesa e o Contraditório, atualmente atribuídos a finalidade de reprimir possíveis abusos Estatais, que ainda fazem-se fulgentes em processos cuja finalidade seja disciplinar e punir administrativamente. Estabelecido os princípios que serão debatidos, cumpre passar a uma análise pormenorizada destes.

2.1 PRINCÍPIO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL

Segundo leciona Costa (2012, p. 71), o conteúdo deste princípio nasceu na Inglaterra em 1215 na Magna Carta, sob a expressão *law of the land*. A “Lei da Terra” era uma limitação ao poder real representado pelo Rei João “sem terra” e surgiu como forma de proteção aos barões feudais e seus direitos de não serem expulsos de suas propriedades. Já a expressão *due process of law* apareceu pela primeira vez em 1354, durante o reinado de Eduardo III, também na Inglaterra. Em 1789, foi utilizada na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, na Revolução Francesa, posteriormente consubstanciou-se nas emendas constitucionais 5 e 14 da Constituição Federal dos Estados Unidos da América. No Brasil, o Devido Processo Legal foi inserido na Constituição Federal de 1988, sob influência da doutrina inglesa e norte-americana do *due process of law*. Outrossim, está previsto na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, disposto em seu art. 5º, LIV: “ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal”.

É considerado direito fundamental matriz dos demais princípios processuais

constitucionais, sendo desdobrado em vários outros direitos dispostos no próprio art. 5º da CRFB/88, tais como, da ampla defesa e contraditório (art. 5º, LV), da garantia da publicidade do processo e dos atos processuais (art. 5º, LX), da proibição de utilização de prova obtida por meios ilícitos (art. 5º, LVI), do juiz natural (art. 5º, XXXVII, LIII) e ao duplo grau de jurisdição (não expressamente previsto na CF, mas que se deduz pelos arts. 102º, II, 105º, II, 108º, II, e 93º, III), a motivação das decisões judiciais (art. 93º, IX) e a inafastabilidade do controle judicial (art. 5º, XXXV). Assim, leciona Silva (1990, *apud* OLIVEIRA, 2004, p. 26), afirmando que:

O Devido Processo Legal é princípio matriz de todos os demais princípios processuais constitucionais. Tanto a aplicação das garantias do contraditório, da ampla defesa e do juiz natural (aspecto processual do princípio) como a conformidade das leis, que, além de não serem contraditórias, devem contribuir para que tais garantias possam ser aplicadas (aspecto substancial do princípio, no campo do direito material), têm sido fundamentadas mediante o princípio do Devido Processo Legal.

O Princípio do Devido Processo Legal pode ser descrito como a obrigatoriedade do Estado em seguir fielmente determinado processo, previsto legalmente, antes de privar alguém de seus direitos fundamentais, sua propriedade, vida ou liberdade. Ou seja, trata-se da imposição de limitações ao Poder Estatal, que, tem o dever de demonstrar racionalidade, seguindo determinados procedimentos, quando busca a suspensão ou restrição de direitos fundamentais de seus cidadãos.

Conforme defendido por Dezan (2011, p. 133), o agir da doutrina e jurisprudência, pautada na via empírica, em claro caso de mutação constitucional, modificou e ampliou os efeitos normativos e o sentido da previsão expressa do princípio do Devido Processo Legal, concedendo a ele uma interpretação mais extensiva, abarcando não somente os aspectos processuais, mas também os aspectos materiais que limitam o poder público, dentro de parâmetros de razoabilidade e proporcionalidade como valor de justiça, garantindo com maior amplitude os direitos fundamentais dos jurisdicionados.

O Devido Processo Legal em seu aspecto material tem o condão de inibir a positivação de certos procedimentos e ritos ofensivos aos valores condizentes à dignidade da pessoa humana, erigindo a condição de norma devida, justa, proporcional e razoável, invalidando os preceitos processuais que ofendam direitos fundamentais.

Posicionou-se o Guardião da Constituição Federal, pelo voto do Min. Gilmar Mendes no AI nº. 529.733, (DJ 01.12.2006) STF, *in verbis*:

O princípio do Devido Processo Legal, que lastreia todo o leque de garantias constitucionais voltadas para a efetividade dos processos jurisdicionais e administrativos, assegura que todo julgamento seja realizado com observância das regras procedimentais previamente estabelecidas, e, além disso, representa uma exigência de *fair trial*, no sentido de garantir a participação equânime, justa, leal, enfim, sempre imbuída pela boa-fé e pela ética dos sujeitos processuais.

Ainda, conforme lição de Mendes (2012, p. 548), o princípio do Devido Processo Legal possui um campo de proteção dilatado, que determina o *fair trial*, ou seja, o processo justo, não apenas entre as partes diretamente envolvidas na relação processual, mas de todo o sistema jurisdicional, abrangendo todos os sujeitos, as instituições e órgãos públicos e privados, que direta ou indiretamente exercem funções qualificadas como essenciais à persecução da justiça.

Todavia, o *due process of law*, quando referenciado na baliza das garantias individuais, tem como fundamentais destinatários os julgadores, pois, a estes incumbem o dever irrestrito de obediência aos ritos, assim como os demais aspectos processuais sem, conseqüentemente, contaminá-los de nulidades ou suprimir quaisquer garantias das partes, com a finalidade de que não ocorram dissabores e surpresas ao final. Assim, o Devido Processo Legal assegura à parte que a regularidade formal pré-estabelecida em lei seja garantida durante todo o procedimento, em todos os seus termos.

Da mesma forma, o Devido Processo Legal aplica-se ao processo administrativo, como figura de limitação à discricionariedade do poder governamental, vinculando o poder de agir da Administração ao sentido positivo da lei, necessariamente impondo submissão aos preceitos processuais constitucionais e direitos fundamentais.

Em sede de Direito Administrativo, o princípio do Devido Processo Legal pode ser descrito como um preceito constitucional que estabelece à Administração Pública, no processo administrativo que garanta o pleno exercício dos preceitos constitucionais, em especial do contraditório e da ampla defesa, quando o cidadão seja submetido a processo e tenha sua liberdade ou seus bens tolhidos, bem como permitindo impugnar essas decisões.

2.2 PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA

O Princípio do Contraditório e da Ampla Defesa, garantia processual essencial, encontra-se previsto na CRFB/88 em seu art. 5º, inciso LV, que vaticina: “aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes”. Vale ressaltar que a Carta Política determina expressamente a observância destes preceitos nos processos judiciais e administrativos, sob pena de nulidade processual de todos os atos decorrentes de sua inobservância.

Assis (2010, p. 208) leciona no seguinte sentido:

Por contraditório e ampla defesa deve-se entender, além da observância da pela Administração Pública do rito adequado, a cientificação do processo ao acusado, a oportunidade de contestar a acusação, produzindo as provas que entender necessárias e que sejam admitidas em Direito, o acompanhamento dos atos da instrução e a utilização dos recursos cabíveis.

Desta forma, estes preceitos buscam assegurar às partes o direito de iguais oportunidades de manifestação e apresentação de defesa, ou seja, todo ato ou fato processual produzido por umas das partes dará azo ao direito de uma reação pela outra parte, a qual poderá opor-se, produzir prova contrária ou prover interpretação divergente, apresentando instrumentos adequados que proporcionem ao acusado resposta oportuna às imputações. Embora sejam institutos indissociáveis, a doutrina define o contraditório e a ampla defesa de maneira apartada.

Quanto a garantia do contraditório, preleciona Dezan (2011. p. 136) que, se refere ao direito de qualquer acusado de contrapor-se em qualquer procedimento, às imputações que lhe são atribuídas. Que para toda acusação deve ser oportunizada uma fase para o conhecimento de seu teor e para a resposta às imputações, que ocorrerá de forma antecipada às tomadas de decisões pela autoridade competente.

Para Marinela (2012, p. 80), “o contraditório se relaciona com a igualdade das partes e se traduz na necessidade de informação da existência de todos os atos do processo, além da possibilidade de reação aos atos desfavoráveis”.

Destarte, o contraditório oportuniza momentos específicos durante o rito processual para que o acusado venha contrapor-se ao que lhe foi imputado e rebater a toda matéria desfavorável, enfrentando as razões apontadas por outrem,

assim procurando derrubar a suposta verdade da acusação. No caso dos processos administrativos, a Administração deve propiciar direito de defesa completa ao acusado, consistindo na intimação para todos os atos, com estrita observância das fases e ritos processuais, sendo cogente a igualdade na relação processual, admitindo a participação do acusado com a prática de atos com a real avaliação das provas produzidas que, obviamente, venham a influenciar na decisão do julgador.

Quanto ao princípio da ampla defesa, tem o condão de permitir, a qualquer cidadão acusado, o direito e a garantia de utilizar-se de todos os meios de defesa admissíveis, sendo imprescindível que seja adotado em todos os processos judiciais ou administrativos que possam originar qualquer prejuízo ao acusado, para que este sustente sua verdade e suas razões de defesa. Assim, Carvalho (2017, p. 80) expõe que “a doutrina processual o define como indispensável para a concepção de democracia, abarcando o direito de ação e a tutela jurisdicional e administrativa para proteção de direitos dos particulares”.

Destaca-se que esta garantia tem ampla aplicabilidade no Direito Administrativo Disciplinar, pela situação de hipossuficiência que se encontra o acusado frente às prerrogativas estatais, assim, sobre a ampla defesa Nucci (2016, p. 25) discorre:

Considerado, no processo, parte hipossuficiente por natureza, uma vez que o Estado é sempre mais forte, agindo por órgãos constituídos e preparados, valendo-se de informações e dados de todas as fontes às quais tem acesso, merece o réu um tratamento diferenciado e justo, razão pela qual a ampla possibilidade de defesa se lhe afigura a compensação devida pela força estatal.

Desta forma, quando ocorre uma relação processual em que a Administração figura como acusadora e o administrado como acusado, destaca-se o Estado por suas prerrogativas, pelo poder-dever que lhe é investido para fazer valer sua finalidade, trajado pelo princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse particular e da indisponibilidade do interesse público, em face do particular acusado, quando investido como agente público subordina-se ao poder hierárquico e ao poder disciplinar desta Administração. Tem-se a ampla defesa como forma efetiva de garantir-se a paridade de armas, que deve existir entre os sujeitos de qualquer relação processual, seja ela judicial ou administrativa.

Na lição de Dezan (2011, p. 136) em sede de processo administrativo disciplinar o acusado:

[...] tem direito a ser ouvido no processo, de forma pessoal, por meio de interrogatório, defesa pessoal, e por meio de petição defensiva, defesa técnica escrita, bem como da decisão final, para fins de interposição de recursos e petições diversas. Não obstante, deve ser notificado tempestivamente para arrolar testemunhas, apresentar quesitos aos exames periciais e a se fazer presente formular reperguntas, tanto ao denunciante, quanto ao sujeito prejudicado e as testemunhas arroladas pelo colegiado disciplinar ou pelo próprio investigado.

Com efeito, serão pontualmente ponderados os principais institutos inerentes à ampla defesa aplicáveis aos processos administrativos disciplinares, sendo eles a defesa técnica, a defesa prévia, o duplo grau de julgamento, o direito à informação e a produção de provas.

A rigor, cumpre estabelecer quanto a Defesa Técnica, a correspondência com a súmula 343 do Superior Tribunal de Justiça, que assim preceitua: “É obrigatória a presença de advogado em todas as fases do processo administrativo disciplinar”. Neste sentido, Carvalho (2017 p. 80) entende que:

[...] impondo uma interpretação garantista ao art. 156 da lei 8.112/90, o qual dispunha ser uma faculdade do acusado a representação por advogado. Essa súmula decorreu da evolução jurisprudencial acerca das garantias constitucionais e do reconhecimento da importância de defesa técnica como forma de evitar abusos por parte das autoridades públicas, diante da ausência de conhecimento específico pelo particular interessado no feito.

Consoante aos termos, a finalidade era tutelar a mais ampla defesa em sede processual administrativo disciplinar, determinando a obrigatoriedade da presença de advogado constituído ou dativo para a defesa de acusado.

Entretanto, essa orientação foi superada pela Súmula Vinculante n.º 5 do Supremo Tribunal Federal que, em sentido contrário, assim estabeleceu: “A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição”. A presença do advogado deixou de ser obrigatória e tornou-se facultativa, a depender da vontade do acusado.

Restou evidente que, a falta de defesa técnica ou a falta de advogado constituído não tem o condão de anular o processo administrativo disciplinar, tampouco incide como limitador ao exercício do contraditório ou da ampla defesa pelo próprio acusado. Conforme lição de Dezan (2011. p. 137), o que deve ser

inadmissível é a falta do exercício de defesa, de uma ampla defesa, a ser feita pelo próprio acusado, por advogado por ele constituído ou, ainda, na omissão do acusado, com a constituição de defensor dativo ou *ad hoc* pela própria Administração Pública, para que tutele os interesses da parte ré no processo administrativo disciplinar.

No que diz respeito a Defesa Prévia, decorre a garantia de que todo procedimento da Administração Pública de ordem processual disciplinar, bem como todas as sanções administrativas impostas por este procedimento, precisa previamente de conhecimento da parte acusada, para que seja possível a esta planejar suas estratégias de defesa, antes que sejam proferidos atos decisórios. Assim, o exercício desta garantia, exige procedimentos anteriores ao ato decisório administrativo, sendo imprescindível ao acusado saber exatamente sobre a matéria objeto do processo, como e do que se defender, procedimentos e penas preestabelecidas e, ainda, manifestar-se antes de ser proferida qualquer decisão.

O Duplo Grau de Julgamento ou Direito ao Recurso Administrativo refere-se à possibilidade de o acusado provocar a reanálise, em sede recursal, dos atos praticados pela Administração Pública, com a finalidade de evitar que ocorram injustiças decorrentes de decisões ilegais.

Para possibilitar o grau de recurso administrativo, legalmente exige-se que todos os atos decisórios sejam motivados, assim oportunizando a argumentação em sede recursal, não se afastando ainda a possibilidade de análise e discussão posterior pelo Poder Judiciário, muito embora, seja possível discutir judicialmente a legalidade das atuações da Administração. A contenda judicial não se presta a julgar o mérito de atos que estejam abarcados pela discricionariedade, mas tão somente os atos que extrapolem os limites da lei.

O Direito à Informação, decorrente do princípio do contraditório e da publicidade, configura-se como o direito de toda parte interessada ter conhecimento do conteúdo do processo e documentos que o compõe, das decisões e provas, bem como dos atos que foram e serão realizados. Conforme lição de Marinela (2012, p. 1075) “[...] ninguém pode se defender do que desconhece, o que também inviabiliza o controle pelo Poder Judiciário”.

Outrossim, deve ser garantido ao particular interessado do feito o direito de ter vista dos autos na repartição pública e, como consequência do direito de informação, o de tirar cópia dos atos processuais considerados relevantes, por

expensas do próprio acusado, podendo, ainda, quando permitida, ser realizada a retirada dos autos por prazo determinado.

Por fim, a parte acusada tem Direito a Produção de Provas que julgue pertinente e necessárias à sua defesa, não bastando apenas apresentar-se como provas no sentido formal, exigindo a garantia de que sejam avaliadas e possam participar e interferir no convencimento do julgador, excetuando-se obviamente as provas ilícitas e meramente procrastinatórias.

É rigor ressaltar que a inobservância dos princípios do Devido Processo Legal, do Contraditório e da Ampla Defesa conduz a clara ofensa aos ditames constitucionais, acarretando assim nulidades absolutas do processo administrativo disciplinar, impossibilitando o saneamento pela Administração Pública.

Feitos estes apontamentos sobre o Direito Administrativo Disciplinar, insta assinalar que o presente trabalho limitar-se-á à análise da observância dos principais preceitos constitucionais em procedimento disciplinar específico no âmbito da Polícia Militar do Estado de Rondônia, Ente Público que passa agora a ser apreciado.

3 POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE RONDÔNIA

A Constituição Federal de 1988 instituiu em seu capítulo III os órgãos encarregados da garantia da Segurança Pública, dentre os quais, está a Polícia Militar. O Art. 144 da CRFB-88, define a base da Segurança Pública, dispondo o seguinte:

CAPÍTULO III DA SEGURANÇA PÚBLICA

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

- I - polícia federal;
- II - polícia rodoviária federal;
- III - polícia ferroviária federal;
- IV - polícias civis;
- V - **polícias militares** e corpos de bombeiros militares (grifo nosso).

Dessa forma, a Polícia Militar figura no Art. 144, V, da CRFB-88, como órgão estatal responsável pela Segurança Pública juntamente com a Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Ferroviária Federal, Polícias Civis e Corpos de Bombeiros Militares.

No Art. 144, §5º da Carta Magna, apresenta-se a missão institucional dessa Corporação: “§5º Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; (...)”. Resta evidente que o desígnio policial militar é a Segurança Pública, tendo como fito a garantia da paz social, mediante policiamento ostensivo e preservação da ordem pública. É, portanto, graças ao trabalho diário deste Ente que os cidadãos podem conviver harmoniosamente em sociedade. São as policiais militares partes responsáveis pela prevenção e manutenção da ordem pública, repressão à violência e à criminalidade em nosso país.

A subordinação da Polícia Militar ficou consignada no §6º do Art. 144, CRFB-88, que prescreve: “§ 6º As polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios”. Assim, cabem aos Estados da Federação a regulação organizacional administrativa das Polícias Militares.

Quanto a Polícia Militar do Estado de Rondônia, a subordinação direta ao chefe do executivo estadual também encontra-se sedimentada no Estatuto dos

Policiais Militares da Polícia Militar do Estado de Rondônia, instituído pelo Decreto-Lei, n.º 09-A, de 09 de março de 1982:

Art. 2º A Polícia Militar, força auxiliar, reserva do Exército e instituição permanente, baseada na hierarquia e na disciplina, subordinada diretamente ao Governador do Estado, cabe a polícia ostensiva, a preservação da ordem pública e execução de atividade de defesa civil, através dos seguintes tipos de policiamento. [...]

Ademais, verifica-se que a Polícia Militar do Estado de Rondônia é órgão da Administração Pública Direta, regulado pelas normas organizacionais instituídas pelo Governador do Estado, pois aquele é diametralmente subordinado a este.

Com efeito, aferidos os contornos externos da Instituição, localizando-a como Órgão subordinado à Administração Pública, verifica-se que, quanto a análise de critérios especificamente administrativos, a PMRO é regida nos termos do art. nº.144 da Constituição do Estado de Rondônia de 1989:

Art. 144. As Polícias Civil, Militar e o Corpo de Bombeiros Militar serão regidos por legislação especial, que definirá as atividades e a atuação harmônica, respeitados os princípios desta Constituição e da Legislação Federal, bem como, no que couber, o previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis e Militares.

A competência para regulação específica das atividades administrativas da PMRO encontra-se disposta no art. 9º da Constituição do Estado de Rondônia de 1989:

Art. 9º Compete, ainda, ao Estado legislar, de forma concorrente, respeitadas as normas gerais da União, sobre:
[...]
XVI – organização, efetivos, garantias, direitos e deveres da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar.

De igual forma, o Decreto-Lei, n.º 09-A, de 09 de março de 1982 (Estatuto dos Policiais Militares da Polícia Militar do Estado de Rondônia) preceitua e regula a situação, obrigações, deveres, direitos e prerrogativas dos policiais militares da Polícia Militar do Estado de Rondônia. Outrossim, constitui-se como o principal instituto normativo estadual destinado à organização da PMRO, donde surgem as demais regras específicas de estruturação normativa deste órgão.

O Decreto-Lei, n.º 09-A/1982, em seu art. 3º, demonstra o caráter de

especialidade do servidor policial militar: “Os membros da Polícia Militar, em razão de sua destinação constitucional, natureza e organização, formam uma categoria especial de servidores públicos denominados policiais militares”. Esta designação especial encontra-se apoiada na CRFB-88: “Art. 42º. Os membros das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, instituições organizadas com base na hierarquia e disciplina, são militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios”.

Observa-se que, constitucionalmente, as polícias militares são as forças reservas e auxiliares do Exército, mormente imprescindíveis à existência dos poderes democráticos. Sendo aquelas, instituições estatais que têm como mister garantir a perenidade do próprio Estado, a Constituição cuidou de reservá-las às bases organizacionais das forças militares, em que pese a importância da missão constitucionalmente atribuída.

É cogente ressaltar que a hierarquia e a disciplina são a base institucional da Polícias Militares, assim, preceitua o art. 13 do Estatuto dos Policiais Militares da Polícia Militar do Estado de Rondônia (Decreto-Lei, n.º 09-A, de 09 de março de 1982):

Art. 13. A hierarquia e a disciplina são a base institucional da Polícia Militar, crescendo a autoridade e a responsabilidade com a elevação do grau hierárquico.

§ 1º A hierarquia é a ordenação da autoridade, em níveis diferentes, dentro da estrutura da Polícia Militar, por postos ou graduações. Dentro de um mesmo posto ou graduação, a ordenação se faz pela antiguidade nestes, sendo o respeito à hierarquia consubstanciado no espírito de acatamento à sequência da autoridade.

§ 2º Disciplina é a rigorosa observância e acatamento integral da legislação que fundamenta o organismo policial-militar e coordena seu funcionamento regular e harmônico, traduzindo-se pelo perfeito cumprimento do dever por parte de todos e de cada um dos componentes desse organismo.

§ 3º A disciplina e o respeito à hierarquia devem ser mantidos em todas as circunstâncias pelos Policiais-Militares em atividade ou na inatividade.

São estes os pilares que devem ser conservados e fortalecidos por todos os servidores militares do Estado de Rondônia, pois, em sua missão de garantidores da ordem pública, são legítimos representantes do Estado Democrático de Direito e devem pautar suas condutas profissionais e particulares pela observância aos preceitos éticos e obediência às leis e regulamentos, peculiaridade que confere a estes indivíduos especial tratamento administrativo.

Tal regime diferenciado tem o fito de resguardar a ordem disciplinar na

caserna, pois, seria em vão organizá-la com fundamento na hierarquia e na disciplina, se não dispusesse de meios para garantir a efetividade desses institutos.

Para que a Polícia Militar desenvolva seu ofício e desfrute de elevado conceito perante a sociedade, são necessários mecanismos específicos de controle da atividade policial, com vistas a sustentação da hierarquia e da disciplina. Deste modo, o Decreto-Lei, n.º 09-A/1982 dá ensejo ao ditame disciplinar da PMRO:

Art. 47. O Regulamento Disciplinar da Polícia Militar especificará e classificará as transgressões, estabelecendo as normas relativas à amplitude e aplicação das penas disciplinares, a classificação do comportamento policial-militar, e a interposição de recursos contra as penas disciplinares.

Este preceito normativo sugere a gênese do Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Estado de Rondônia – RDPM/RO, demarcando sua aplicação na manutenção da hierarquia e disciplina, apontando os procedimentos administrativos disciplinares cabíveis aos desvios éticos de conduta no âmbito da PMRO.

Paira, contudo, uma grande celeuma em torno dos regulamentos disciplinares, quanto a reserva legal, afinal, a CRFB-88 cita em seu art. 5º, inc. LXI que: “Ninguém será preso, senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão disciplinar ou crime propriamente militar, definidos em lei”. Ao tratar de transgressões militares, a Constituição Federal admite a previsão de regulamento disciplinar, já que neste estaria disciplinado um rol de transgressões disciplinares militares. No caso, a prisão por transgressão militar deve ser fundamentada em lei e seus regulamentos serem aprovados por lei ordinária.

No Estado de Rondônia, já se tratou do tema em ação judicial, que alegava a inconstitucionalidade do RDPM, por este ser um decreto e não ter sido constituído legitimamente como Lei pela Assembleia Legislativa do Estado. Segue a Ementa do Acórdão:

HABEAS CORPUS. PUNIÇÃO MILITAR. POSSIBILIDADE DA UTILIZAÇÃO PARA GARANTIA DA LIBERDADE DE LOCOMOÇÃO. **PRINCÍPIO DA RESERVA LEGAL. CUMPRIMENTO. NULIDADE DO PADS. NÃO-DEMONSTRAÇÃO. PRESCRIÇÃO PENAL. NÃO-APLICAÇÃO.** Não obstante o disposto no art. 142, § 2º, da CF, é possível a impetração do habeas corpus, desde que seja para avaliar aspectos extrínsecos formais e não o mérito da punição. **Se o Processo Apuratório Disciplinar Sumário tem por base o Decreto-lei 9-A, de 9/3/1982, está consagrado o preceito constitucional insculpido no art. 5º, inc. II, da CF/88.** Se o PADS não

registra nenhuma irregularidade, não há que se falar em nulidade dos atos administrativos. A prescrição da pretensão executória reconhecida pelo Poder Judiciário não invalida os motivos fáticos e jurídicos da sanção administrativa imposta ao militar. (Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Habeas Corpus, Processo nº 1009894-05.2007.822.0501, 1ª Câmara Criminal, Relator do Acórdão: Des. Valter de Oliveira, Data de julgamento: 13/11/2007) (grifo nosso).

Destarte, prosperou a sustentação de que a disposição constitucional exige a existência de lei ordinária com previsão quanto a prisão disciplinar e, segundo a decisão, de fato existe em Rondônia, pois o Decreto-lei nº 09-A/1982, que o RDPM apenas minudencia, goza de *status* de lei formal.

Desta forma, concluiu-se que não há anormalidade quanto ao fato do Decreto-lei nº 09-A/1982 tratar sobre transgressões disciplinares, visto que foi recepcionado pela CRFB-88 com *status* de Lei. Em consequência, decidiu-se que a previsão legal do RDPM/RO encontra-se de acordo com as normas constitucionais, pois o decreto do presente regulamento apenas detalha os procedimentos disciplinares já previstos no Decreto-lei nº 09-A/1982.

Seguindo a delimitação do tema, este trabalho aquilata hipóteses no processo administrativo disciplinar, desta forma, convém esmiuçar o Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Estado de Rondônia – RDPM/RO, instituído pelo Decreto nº 13255, de 12 de novembro de 2007, que será especificado no próximo subtítulo.

3.1 REGULAMENTO DISCIPLINAR DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE RONDÔNIA

Com efeito, como aventado há pouco, embora preconizados de forma indireta, os regulamentos disciplinares militares possuem previsão constitucional, descrita no Art. 5º, LXI da CRFB-88: “Ninguém será preso, senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de **transgressão disciplinar** ou crime propriamente **militar**, definidos em lei” (grifo nosso).

Na medida em que faz referência à transgressão disciplinar militar, a norma constitucional está acolhendo a existência dos regulamentos disciplinares, pois, estes prescrevem o rol de transgressões disciplinares dos militares, fundados nos preceitos de hierarquia e disciplina.

Eis que, o Estatuto dos Policiais Militares da Polícia Militar do Estado de Rondônia, Decreto-lei nº 09-A/1982, especifica na forma da lei:

Art. 42. A violação das obrigações, dos deveres ou dos princípios da ética policiais-militares, constituirá crime, contravenção ou transgressão disciplinar, conforme dispuserem a legislação ou regulamentação específicas.

Para isso, foi instituído o Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Estado de Rondônia – RDPM/RO, cabendo observar o que adverte o artigo 1º Decreto nº 13.255, de 12 de novembro de 2007, Governo do Estado de Rondônia:

Art. 1. O Regulamento Disciplinar da Polícia Militar de Rondônia (RDPM/RO) é um conjunto de normas que regula o exercício dos poderes hierárquico e disciplinar, a apuração de transgressões disciplinares, a aplicação de punição, a concessão de benefícios e a apreciação de recursos.

Com efeito, o RDPM/RO conceitua a transgressão disciplinar em seu art. 12: “Transgressão disciplinar é qualquer ação ou omissão contrária à ética ou ao dever policial militar, cominando-se as respectivas sanções previstas neste regulamento”. Ainda estabelece a tipicidade destas transgressões, vejamos o art. 13 do RDPM/RO:

Art. 13. São transgressões disciplinares:
I – todas as ações ou omissões contrárias à disciplina policial militar, especificadas nos artigos 15, 16 e 17 deste Regulamento; e
II – todas as ações ou omissões contrárias à legislação vigente, desde que violem a ética ou o dever policial militar.

Pelo exposto, verifica-se que o rol de transgressões disciplinares emerge expressamente no inciso I do art. 13, sendo então tipificadas e classificadas nos artigos 15 (transgressões de natureza leve), 16 (transgressões de natureza média) e 17 (transgressões de natureza grave) do RDPM/RO, contudo, o inciso II dá azo a discricionariedade da autoridade disciplinar, ampliando esse rol ao descrever que também são transgressões disciplinares todas as ações ou omissões contrárias a legislação vigente que violem a ética ou dever policial militar, deixando claro que, em caso de atipicidade, outras condutas podem também ser entendidas como transgressões da disciplina, assim, aplicando-se o poder discricionário (GARIBALDI, 2016, p. 41).

A apuração de transgressões disciplinares e suas respectivas sanções administrativas dar-se-ão por meio de procedimentos previamente estabelecidos na legislação específica, ensejando nos processos administrativos disciplinares que serão tratados a seguir.

3.2 PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES

Os processos administrativos disciplinares no âmbito da PMRO possuem duas classificações objetivas determinadas pela forma de punição, quais sejam, as de caráter demissório e as de caráter não-demissório, sendo essas punições dispostas no art.41 do RDPM/RO:

Art. 41. As punições disciplinares a que estão sujeitos os policiais militares são as seguintes:

- I – repreensão;
- II – detenção;
- III – prisão;
- IV – licenciamento a bem da disciplina;
- V – exclusão a bem da disciplina; e
- VI – demissão “ex-officio”.

[...]

§ 2º Para efeito deste regulamento, são termos equivalentes licenciamento a bem da disciplina, exclusão a bem da disciplina e demissão “ex-officio”.

O art. 47 do RDPM/RO estipula os casos que ensejam processos que podem findar em demissão:

Art. 47. O licenciamento a bem da disciplina consiste na exclusão do serviço ativo da praça sem estabilidade, mediante processo administrativo disciplinar, quando:

- I – for a transgressão praticada de natureza grave, atentatória ao decoro da classe policial militar, às instituições ou ao Estado;
- II – tendo ingressado no comportamento insuficiente, continuar praticando atos atentatórios à ética policial militar, sem demonstrar tendência à melhoria de comportamento; e
- III – tiver sido condenado em sentença penal transitada em julgado, por crime de qualquer natureza e qualquer que seja a pena, desde que o fato seja considerado, em princípio, uma grave violação da ética policial militar.

O art. 48 do Decreto-Lei n.º 09-A/1982 determina os tipos de processos administrativos disciplinares e seus ritos específicos de acordo com as características funcionais subjetivas dos, em tese, transgressores, estando dispostos *in verbis*:

Art. 48. O Policial-Militar, presumivelmente incapaz de permanecer na ativa da Polícia Militar do Estado será, na forma da legislação peculiar submetido:
 I - ao Conselho de Justificação, quando Oficial PM;
 II - ao Conselho de disciplina, quando Aspirante-a-Oficial PM e Praça com estabilidade assegurada;
 III - a Processo Administrativo Disciplinar, quando Aspirante-a-Oficial PM e Praça sem estabilidade assegurada.

A estabilidade do policial militar ocorre pelo critério temporal e encontra-se fixada no art. 50 do Decreto-Lei, Nº 09-A/1982:

Art. 50. São direitos dos Policiais-Militares:
 [...]

IV - nas condições e limitações impostas na legislação, ou regulamentação peculiar:
 a) a estabilidade, quando Praça, com 10 (dez) ou mais anos de tempo e efetivo serviço prestado à Corporação.

Portanto, a legislação especifica critérios objetivos demissórios e subjetivos funcionais e temporais para determinar quais os processos administrativos disciplinares devem ser aplicados às transgressões na PMRO.

Com caráter demissório, o Conselho de Justificação, constituído pelo Decreto-Lei n.º 35, de 7 de dezembro de 1982, destina-se a julgar a incapacidade do Oficial da Polícia Militar do Estado de Rondônia, para permanecer na ativa, criando-lhe, ao mesmo tempo, condições para se justificar, sendo submetido a processo onde é garantido o contraditório e a ampla defesa, que será analisado por um colegiado de três Oficiais da PMRO.

Outrossim, o Conselho de Disciplina, instituído pelo Decreto-Lei n.º 34, de 07 de dezembro de 1982, é destinado a julgar da incapacidade do Aspirante-à-Oficial PM e demais praças da Polícia Militar do Estado de Rondônia, com estabilidade assegurada, ou seja, com mais de 10 (dez) anos de serviço, para permanecerem na ativa, criando-lhes, condições para defesa, usufruindo as mesmas garantias processuais.

Tanto o Conselho de Justificação quanto o Conselho de Disciplina seguem o mesmo rito do Processo Administrativo Disciplinar – PAD, estabelecido pelo Decreto n.º 7517, de 16 de julho de 1996, pois este, está em harmonia com a CRFB-88, especialmente no tocante aos princípios da ampla defesa e contraditório. O PAD é aplicável aos praças sem estabilidade assegurada que incidirem em ato de natureza comprometedora dos preceitos da ética, da moral e da disciplina policial militar. O Processamento do PAD encontra-se fundamentado pela Resolução n.º 0135/SS

LEG/PM-1, de 17 de fevereiro de 2001, que instituiu o Manual De Processo Administrativo da PMRO (M-2-PM).

Destarte, tratados os três processos com fim demissório, resta esclarecer os outros dois processos administrativos disciplinares da PMRO, que residualmente não ensejam em demissão, e sim em sanções disciplinares.

O Processo Administrativo por Danos ao Erário Público, instituído pela Lei n.º 1352, de 09 de julho de 2004, possui caráter de responsabilização administrativa resultante de ato omissivo ou comissivo praticado no desempenho de cargo ou função e de responsabilização civil decorre de procedimento doloso ou culposos que importe em prejuízo do patrimônio do Estado ou terceiros, garantindo ao militar estadual os preceitos constitucionais da ampla defesa e do contraditório.

Por fim, o Processo Apuratório Disciplinar Sumário – PADS, processo administrativo disciplinar que, em tese, deve observar os pressupostos constitucionais do contraditório e da ampla defesa, para o processamento de transgressões disciplinares que não ensejam demissão. Sendo o PADS o objeto de estudo deste trabalho, será aprofundado a seguir.

3.3 PROCESSO APURATÓRIO DISCIPLINAR SUMÁRIO

No âmbito da PMRO, todo procedimento administrativo disciplinar tem como princípio a Parte Disciplinar, que é um documento informativo da suposta transgressão contrária à ética e decoro policial militar, sendo também pressuposto para instauração do PADS, assim estipula o art. 19 do RDPM/RO:

Art. 19. Todo policial militar que tiver conhecimento de um fato contrário à disciplina deverá participá-lo, por escrito, à autoridade disciplinar competente.

[...]

§ 2º A parte disciplinar é obrigatória para dar início ao processo apuratório disciplinar sumário, quando a autoridade competente não tomar conhecimento do fato por outro meio lícito, sendo o participante responsável pelas informações nela contidas.

O PADS tem início como ato administrativo quando da decisão da autoridade competente para tal, como segue disposto no RDPM/RO em seu art. 20:

Art. 20. A autoridade a quem a parte disciplinar é dirigida decidirá:

[...]

II – pela instauração de Processo Apuratório Disciplinar Sumário (PADS), se o fato não constitui, em princípio, transgressão passível de exclusão do serviço ativo;

O Processo Apuratório Disciplinar Sumário tem fundado o dever de assegurar os pressupostos constitucionais do Devido Processo Legal, da Ampla Defesa e do Contraditório, conforme vaticina o artigo 22 do RDPM/RO:

Art. 22. O Processo Apuratório Disciplinar Sumário (PADS) é o Devido Processo Legal destinado à garantia do Contraditório e Ampla Defesa quando a transgressão disciplinar não exigir, em princípio, a instauração de processo administrativo disciplinar.

Como já dito anteriormente, este processo disciplinar direciona-se a transgressões disciplinares que não imputam ao infrator pena de demissão ou licenciamento, portanto afastando o Conselho de Justificação, o Conselho de Disciplina e Processo Administrativo Disciplinar. No entanto, prescrevem sanções privativas de liberdade, que podem chegar a até 10 (dez) dias de prisão disciplinar, pena esta imposta pelo disposto no § 1º, do art. 47, do Decreto-Lei n.º 09A/1982:

Art. 47. O Regulamento Disciplinar da Polícia Militar especificará e classificará as transgressões, estabelecendo as normas relativas à amplitude e aplicação das penas disciplinares, a classificação do comportamento policial-militar, e a interposição de recursos contra as penas disciplinares.

§ 1º A pena disciplinar de detenção, ou prisão, não poderá ultrapassar o período de 10 (dez) dias (grifo nosso).

Destarte, o RDPM/RO estabelece as formas de sanções cabíveis aos transgressores, consistindo em repreensão, detenção e prisão, segundo segue os arts. 42, 43 e 44 *in verbis*:

Art. 42. Repreensão é a censura enérgica ao transgressor, feita por escrito e publicada em boletim ou aditamento.

Art. 43. A detenção consiste no cerceamento da liberdade do punido, sem que tenha de ficar, no entanto, confinado em compartimento fechado.

Parágrafo único. O detido comparecerá a todos os atos de serviço, internos e externos, a critério da autoridade disciplinar, devendo qualquer restrição constar da nota de punição.

Art. 44. A prisão consiste no confinamento em alojamento de pares ou outro local adequado, conforme dispuser a autoridade disciplinar.

Sob a alegação de manutenção da hierarquia e disciplina, por meio de procedimentos administrativos sumários, imputam-se sanções exasperadas aos

acusados de transgressões disciplinares, consistindo em penas privativas de liberdade, punições que deveriam ser direcionadas apenas ao Direito Penal, *ultima ratio*, e não ao Direito Administrativo. Contudo, sendo previstas em legislação própria, estas sanções encontram-se vigentes. De tal modo, é cogente aos processos administrativos disciplinares militares a garantia do Devido Processo Legal, do Contraditório e da Ampla Defesa.

Por apresentar um procedimento mais simples que os demais processos administrativos disciplinares no âmbito da PMRO, no decorrer do PADS, hipoteticamente, podem ocorrer inobservâncias de alguns pressupostos constitucionais, como o Devido Processo Legal, do Contraditório e da Ampla Defesa, justamente por sua sumariedade. Caso estejam ausentes essas garantias constitucionais, deturpa-se a busca pela verdade real, incidindo em danos extremamente prejudiciais ao resultado justo do referido processo administrativo.

Portanto, embora sumário, no processamento do PADS é imprescindível o respeito aos princípios constitucionais. Deste modo, com a finalidade de analisar o processo apuratório disciplinar sumário, no âmbito da Polícia Militar do Estado de Rondônia, examinar-se-ão no próximo capítulo os pressupostos constitucionais em face da legislação estadual específica relacionadas ao referido processo, sem furtar-se de enfatizar os fundamentos jurídicos e a teorização doutrinária.

4 DESENVOLVIMENTO PROCEDIMENTAL DO PADS

Como já tratado no capítulo anterior, o Processo Apuratório Disciplinar Sumário (PADS) é regulamentado pelo RDPM-RO e tem como finalidade garantir aos acusados em processo administrativo disciplinar, o exercício dos direitos constitucionais da ampla defesa e do contraditório (Art. 5º, LV, CF), tendo como aplicação prática sua instauração sempre que a autoria e as circunstâncias de transgressão disciplinar forem conhecidas e não for aplicável, em tese, sanção demissória.

A Acusação é o marco inicial do PADS e ocorre por meio de Memorando Disciplinar, no qual a autoridade competente exerce seu poder disciplinar. Assim aduz o art. 24 do RDPM-RO: “O processo se inicia com o memorando disciplinar, no qual a autoridade disciplinar fará constar, com a clareza e concisão indispensáveis ao entendimento, a síntese do fato e o dispositivo violado”.

Em resposta ao Memorando Disciplinar, o acusado poderá apresentar sua Defesa Prévia, tendo para isso o prazo de 2 (dois) dias, como dispõe o RDPM-RO: “Art. 25. Recebido o memorando disciplinar, o acusado terá 2 (dois) dias para apresentar a defesa prévia”. O acusado tem a oportunidade de requisitar as provas que julgue necessárias à sua defesa, podendo arrolar no máximo 3 (três) testemunhas, assim estipula *in verbis* o art. 26 do RDPM-RO:

Art. 26. Apresentada a defesa prévia pelo acusado ou por quem o represente, o encarregado do PADS analisará os eventuais requerimentos e, caso os julgue pertinentes, atenderá imediatamente. Se o acusado tratar somente do mérito da questão e as diligências forem dispensáveis, o feito será encaminhado, para julgamento, à autoridade disciplinar.

§ 1º O encarregado do PADS, ao indeferir requerimento da defesa, deverá fundamentar a decisão e dar ciência ao acusado.

§ 2º O acusado poderá arrolar, no máximo, 3 (três) testemunhas.

Caso o acusado trate em sua defesa apenas de questão de mérito e as diligências forem dispensáveis, a autoridade disciplinar poderá indeferir os requerimentos de produção de provas e proceder ao imediato julgamento.

Outra situação que permite o imediato julgamento reside no fato de, em havendo confissão do acusado, a autoridade disciplinar pode proceder o imediato julgamento do PADS, como estabelece o RDPM-RO: “Art. 29. A confissão do acusado, desde que não contrarie a lógica dos fatos, permitirá que a autoridade disciplinar proceda ao imediato julgamento”.

Outrossim, a não apresentação de defesa prévia dá azo à autoridade disciplinar encaminhar o processo para sua fase final, ficando a critério do próprio encarregado a produção de provas, como admite o RDPM-RO no art. 27:

Art. 27. Caso o acusado não apresente a defesa prévia ou requerimentos, o encarregado do PADS passará imediatamente para a fase final de defesa, exceto se entender que é indispensável juntar provas, ainda que não requeridas.

Ocorrendo a instrução, alguns procedimentos buscam garantir o direito à participação do acusado no desenvolvimento do PADS:

Art. 30. O acusado será notificado para as audiências de inquirição de testemunhas, mas não estará obrigado a comparecer a elas.
Parágrafo único. O acusado presente às audiências poderá reperguntar à testemunha por meio do encarregado do PADS.

Depois de instruído o PADS, o encarregado abrirá vistas dos autos ao acusado e concederá prazo de 3 (três) dias para as alegações finais. Esta é a oportunidade para o acusado manifestar-se quanto ao apurado durante a instrução. Todavia, o RDPM-RO permite ao acusado deixar de apresentar sua defesa derradeira, instando ao encarregado a busca pela verdade real, de acordo com o preceito no “art. 28. O acusado poderá deixar de apresentar alegações de defesa, contudo ao encarregado do PADS caberá, na busca da verdade real e sempre que a situação exigir, diligenciar para a obtenção de provas”.

Esgotado o prazo para apresentação das Alegações Finais de Defesa, com ou sem manifestação do acusado, a autoridade disciplinar procederá ao julgamento do PADS. A decisão deverá ser fundamentada e também conterá a descrição do fato e suas circunstâncias, o dispositivo infringido e, quando cabível, a punição imposta. O acusado será notificado e a solução do PADS será publicada em Boletim Interno, assim está disposto no RDPM-RO:

Art. 32. Esgotado o prazo para as alegações finais, com ou sem manifestação do acusado, a autoridade disciplinar solucionará o caso, tão breve quanto possível, e mandará publicar em Boletim Interno, por meio de nota, a decisão.

Art. 33. O julgamento conterá a descrição do fato e suas circunstâncias, os fundamentos da decisão, o dispositivo infringido e a punição imposta, quando for o caso.

[...]

Art. 35. A autoridade disciplinar informará ao participante sobre a solução da parte disciplinar.

O acusado, a partir da data da ciência do resultado do PADS, conta com o prazo de 10 (dez) dias para interposição de Recurso de Reconsideração de Ato, o qual deve ser dirigido a mesma autoridade disciplinar que o puniu, recurso este que possui caráter de reexame da decisão e busca a retratação pelo julgador.

Apresentada a Reconsideração de Ato, deverá a autoridade disciplinar julgar tal recurso e publicar em Boletim Interno tal julgamento e ainda, após publicação, dar ciência ao acusado da decisão. O recurso encontra-se previsto no art.75 do RDPM-RO:

Art. 75. O pedido de reconsideração de ato é o recurso interposto perante a autoridade que aplicou a punição, por meio do qual o recorrente solicita a anulação da punição ou a sua atenuação.

Parágrafo único. O pedido de reconsideração de ato será interposto no prazo de até 10 (dez) dias, sob pena de preclusão.

Sentindo-se prejudicado com o julgamento de seu pedido de reconsideração de ato, o servidor militar poderá ainda, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentar o recurso Queixa ao Corregedor Geral da PMRO. De igual forma, a Queixa deve ser dirigida ao Subcomandante Geral quando o ato recorrido for julgamento do Corregedor Geral, e que do ato do Comandante Geral ou do Secretário Chefe da Casa Militar será cabível Queixa ao Governador do Estado em última instância, todavia, esgota-se o recurso de Queixa se o ato recorrido for do Governador do Estado.

Concluído o julgamento da Queixa, ocorre o trânsito em julgado, pois, todas as possibilidades de recurso administrativo foram esgotadas e a decisão da autoridade disciplinar não admite mais contestação administrativa.

Apenas após o trânsito em julgado e findadas todas as possibilidades de recurso administrativo é que o acusado é efetivamente punido. A punição é externada por meio de publicação de Nota de Punição, a qual se encontra prevista no art. 55 do RDPM-RO:

Art. 55. A aplicação da punição consistirá de uma nota publicada em Boletim da Polícia Militar ou da respectiva OPM, ou do extrato de uma sentença administrativa, publicada no Diário Oficial do Estado, que conterão a descrição da transgressão e o enquadramento do transgressor.

§ 1º A descrição da transgressão deverá conter, em termos precisos e sintéticos, os fatos e as circunstâncias que o envolveram, não devendo ser emitidos comentários depreciativos, ofensivos ou pessoais.

§ 2º O enquadramento é a tipificação da transgressão nos termos deste regulamento, devendo ser mencionado ainda o seguinte:

I – no caso das transgressões a que se refere o inciso II do Art. 13, tanto quanto possível, a referência aos artigos, parágrafos, incisos, alíneas e itens das leis, regulamentos, normas ou ordens que foram contrariados ou contra os quais tenha havido omissão;

II – as alíneas, incisos e artigos das circunstâncias atenuantes ou agravantes ou causas de justificação;

III – a classificação da transgressão;

IV – a punição imposta;

V – as condições para o cumprimento da punição, se for o caso;

VI – a classificação do comportamento.

§ 3º Quando a autoridade que aplicar a punição não dispuser de boletim, a sua publicação será feita, mediante solicitação escrita, no da autoridade imediatamente superior a que estiver subordinada.

§ 4º A nota de punição será transcrita no boletim ou aditamento das autoridades subordinadas, até o daquela sob cuja subordinação direta se achar o transgressor.

§ 5º A punição imposta será publicada em boletim reservado, mas poderá ser em boletim ostensivo se as circunstâncias ou a natureza da transgressão assim o recomendarem.

Ademais, finda a análise do PADS, percebe-se que seu mandamento legal, em tese, preceitua algumas garantias, contudo, tendo como principal característica a sumariedade, é cogente direcionar nossa atenção para seu processamento. Desta forma, passemos agora a aferição da observância dos preceitos constitucionais do devido processo legal e do contraditório e da ampla defesa nos procedimentos do PADS.

4.1 A (IN)OBSERVÂNCIA DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA NO PADS

A priori, cabe ressaltar que o PADS aparenta possuir resquícios inquisitórios, visto que, tendo como pretexto e finalidade a celeridade na manutenção e/ou reestabelecimento da disciplina militar, confere à autoridade disciplinar, durante o processo administrativo, figurar como acusador mediante memorando disciplinar; instruir o feito ditando os atos de seu processamento; decidir e julgar o que foi desencadeado durante o PADS; atuar como revisor de sua própria decisão; e, por fim, se for o caso, aplicar a sanção ao transgressor.

Outrossim, convém observar que o RDPM-RO, ao concatenar os procedimentos do PADS, permite à autoridade disciplinar, no exercício de seu poder discricionário, ditar o andamento e inclusive deixar de realizar alguns atos do processo administrativo.

Hipoteticamente, o RDPM-RO pode permitir que ocorram injustiças, caso haja a tendência subjetiva por parte da autoridade disciplinar em punir o acusado,

pela discricionariedade que é conferida aos procedimentos, inclusive tolerando a supressão do Devido Processo Legal em seus aspectos formal e material. Este pressuposto constitucional tem o fito de inibir a positivação de certos procedimentos e ritos ofensivos aos valores condizentes à dignidade da pessoa humana, erigindo a condição de norma devida, justa, proporcional e razoável, invalidando os preceitos processuais que ofendam direitos fundamentais. Com efeito, o Devido Processo Legal restaria prejudicado em face da discricionariedade.

Convém ressaltar que, no curso de Processo Administrativo Disciplinar, qualquer ofensa ao dispositivo constitucional do Devido Processo Legal, princípio do qual decorrem o Contraditório e a Ampla Defesa, ensejará em nulidade absoluta da sanção aplicada. Assim leciona Mello (2012, p. 873): “[...] toda sanção administrativa terá que ser, sob pena de nulidade, precedida do devido processo legal”. Da mesma forma entende Carvalho (2017, p. 79):

A garantia de conhecimento dos atos processuais e a manifestação do particular em sua defesa são decorrência lógica do princípio do devido processo legal, exposto no art. 5, LIV da Carta Magna. Importante ressaltar que o texto constitucional determina explicitamente a aplicação destes princípios em sede de processos administrativos, sendo que o desrespeito a essas garantias enseja a nulidade do processo e de todos os atos administrativos dele decorrentes.

Portanto, as transgressões disciplinares deverão ser apuradas mediante processo administrativo que respeite integralmente o Devido Processo Legal, assegurando ao acusado os meios e recursos necessários ao pleno exercício do Contraditório e da Ampla Defesa.

Ademais, verifica-se que, quanto ao PADS, o RDPM-RO em seu art. 26 admite à autoridade disciplinar analisar os requerimentos da defesa prévia, ficando a seu critério atendê-los ou não, caso julgue pertinente. Na hipótese de não atendimento de requerimentos de produção de provas pela defesa, há o prejuízo ao acusado na contestação da acusação, pelo impedimento de apresentação de instrumentos adequados que proporcionem respostas oportunas às imputações, restando evidente que nesta suposição, a discricionariedade embaraça a garantia do princípio constitucional do contraditório e da ampla defesa.

Com efeito, em tese, caso o acusado trate em sua defesa prévia apenas de questão de mérito e, segundo critério da autoridade disciplinar, as diligências forem dispensáveis, o PADS avança de imediato para fase de julgamento, assentado

sobre uma cognição rasa e ausência de instrução no processo, fato no mínimo temerário e que enseja inobservância de garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa. Outra situação que permite o imediato julgamento reside no fato de, em havendo confissão do acusado, a autoridade disciplinar pode proceder o imediato julgamento do PADS, como estabelece o art. 29 do RDPM-RO.

Outrossim, o art. 27 do RDPM-RO admite a não apresentação de defesa prévia pelo acusado e dá azo à autoridade disciplinar encaminhar o processo para sua fase final, ficando a critério do próprio encarregado a produção de provas.

Ocorrendo a instrução, os procedimentos buscam garantir o direito à participação do acusado no desenvolvimento do PADS, podendo reperguntar às testemunhas, contudo não é obrigado a comparecer, restando em caso de ausência, prejudicada a paridade de armas e em consequência o contraditório e a ampla defesa.

Instruído o PADS, o acusado terá o prazo de 3 (três) dias para as alegações finais, sendo esta a oportunidade para o acusado manifestar-se quanto ao apurado durante a instrução. Apesar disso, o art. 32 do RDPM-RO permite ao acusado deixar de apresentar sua defesa derradeira. Assim, esgotado o prazo para apresentação das Alegações Finais de Defesa, com ou sem manifestação do acusado, a autoridade disciplinar procederá ao julgamento do PADS.

É evidente que as hipóteses de não apresentação de defesa prévia e/ou de alegações finais e a falta do exercício de defesa na instrução constam como fatos perniciosos ao desenvolvimento do contraditório e da ampla defesa. Ocorre que, sob a alegação de balizar-se pela Súmula Vinculante n.º 5 do STF, que assim estabeleceu: "A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição", o RDPM-RO permite à autoridade disciplinar realizar alguns atos sem a devida defesa do acusado, interpretando a Súmula de forma equivocada.

A Súmula comporta que o processo administrativo não seja nulo por falta de defesa técnica, no entanto, o RDPM-RO consente que o acusado não apresente defesa de qualquer natureza, o que segundo a garantia constitucional da ampla defesa é inadmissível, pois, na omissão do acusado, a Administração Pública deveria constituir defensor dativo ou *ad hoc* (DEZAN, 2011, p. 137), situação que não está prevista no referido regulamento disciplinar, ou seja, caso haja inércia do acusado quanto a realização de sua defesa, o processo seguiria seu curso sem

nenhuma defesa, fato extremamente nocivo para qualquer modelo de processo que, em tese, propõe-se a garantir o contraditório e a ampla defesa.

Quanto à interposição de Recurso de Reconsideração de Ato (art. 75 do RDPM/RO), o policial militar deve dirigi-lo a mesma autoridade disciplinar que o puniu, recurso este que possui caráter de reexame da decisão e busca a retratação pelo julgador, recurso que, em tese, não tem muita efetividade, caso a autoridade disciplinar penda pela punição. Para o caso de sentir-se prejudicado com o julgamento de seu pedido de reconsideração de ato, o servidor militar poderá ainda apresentar o recurso Queixa (art. 76 do RDPM/RO) ao Corregedor Geral, todavia, esgotam-se os recursos se o ato recorrido for do Governador do Estado, não cabendo então recurso de Queixa, assim suprimido também uso oportuno deste recurso administrativo, também ficando suprimida a ampla defesa. Notou-se que restam prejudicados os preceitos constitucionais quanto a garantia do grau de recurso administrativo.

Em suma, teoricamente, o PADS é direcionado a observância dos princípios constitucionais, porém, hipoteticamente, alguns procedimentos dão margem a inobservância do contraditório e da ampla defesa. Esta inobservância passa a depender quase que exclusivamente do critério discricionário da autoridade disciplinar, que pode garantir o contraditório e a ampla defesa ao acusado ou cercear-lhe essas garantias, dependendo de seu juízo de conveniência e oportunidade, principalmente quanto a liberdade de indeferimento dos pedidos pelo acusado (art. 26 do RDPM/RO) e supressão da fase de instrução (arts. 26, 27 e 29 do RDPM/RO), passando imediatamente à fase de julgamento.

No caso da falta de manifestação pelo acusado no curso do PADS (arts. 28 e 32 do RDPM/RO), não são observados os princípios constitucionais, pois, o RDPM-RO não dispõe de garantia em seu texto legal, permitindo o julgamento sem qualquer tipo de defesa. Não obstante, os demais procedimentos do PADS, quanto à notificação ao acusado da transgressão e dos atos processuais e sua publicidade observam os mandamentos constitucionais.

Por fim, constatou-se que o PADS encadeia-se em um processo sintético, apresentando em seus procedimentos uma grande margem de discricionariedade à autoridade disciplinar, que embora permitida pelo RDPM-RO, pode hipoteticamente causar a inobservância do Contraditório e da Ampla Defesa, caso a autoridade sobreponha a estas garantias constitucionais o seu poder discricionário. Para o caso

da alegação de que o poder discricionário é importante expediente do direito administrativo militar, faz-se cogente destacar que a sanção disciplinar no PADS pode ensejar prisão, pena característica de Direito Penal, ou seja, a *ultima ratio* do direito, portanto a discricionariedade deve ser empregada com parcimônia.

A disciplina e a hierarquia devem ser observadas na PMRO, sendo os transgressores punidos pelos ilícitos administrativos que realizarem, contudo deve prosperar o processo justo, oportunizando a defesa adequada ao acusado, a decisão na justa medida, apurada de forma concreta no processo administrativo disciplinar, efetivamente debruçada sobre os preceitos constitucionais do contraditório e da ampla defesa, cabendo a autoridade disciplinar garanti-los de forma efetiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como principal objetivo aferir a (in)observância do Devido Processo Legal, do Contraditório e da Ampla Defesa no Processo Apuratório Disciplinar Sumário no âmbito da Polícia Militar do Estado de Rondônia. O tema é relevante, uma vez que a Constituição da República Federativa do Brasil, a partir de 1988, passou a assegurar os princípios do Contraditório e da Ampla Defesa aos acusados que respondam a processo administrativo disciplinar militar.

Para que o objetivo fosse alcançado, foi empregado método hipotético-dedutivo, por meio de uma abordagem documental e bibliográfica da legislação vigente acerca do PADS, aferindo a (in)observância do Devido Processo Legal, do Contraditório e da Ampla Defesa em consonância com a realidade em foco, cuja solução envolveu hipóteses, teorias e eliminação de erros. Dividiu-se o trabalho em capítulos, que tiveram a finalidade de apresentar as peculiaridades do tema proposto.

O primeiro capítulo alocou o Direito Administrativo Disciplinar Militar como seção do Direito Administrativo Militar e, por consequência, apresentando-o como sub-ramo do Direito Administrativo, destacando os poderes administrativos discricionário, hierárquico e disciplinar.

Os princípios constitucionais norteadores dos processos administrativos disciplinares foram apresentados no segundo capítulo, com ênfase nos pressupostos do Devido Processo Legal, do Contraditório e da Ampla Defesa, caracterizando-os como cogentes no decorrer dos processos administrativos para que seja garantido o processamento justo.

Em seguida, expôs-se em apertada síntese a instituição Polícia Militar do Estado de Rondônia, sua legislação disciplinar e os processos administrativos disciplinares previstos, com ênfase no Processo Apuratório Disciplinar Sumário

(PADS), destacando-se a sua importância na manutenção da Hierarquia e Disciplina, sustentáculos institucionais das polícias militares, quando da ocorrência de transgressões de caráter ético e disciplinar previstos no Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Estado de Rondônia.

No quarto e derradeiro capítulo, foram analisadas as etapas que compõem o PADS, de sua instauração ao trânsito em julgado. Por fim, foi realizada a aferição quanto a (in)observância do Contraditório e da Ampla Defesa nos procedimentos que compõem aquele processo sumário.

Verificou-se que a Administração Pública possui mecanismos para exercer o poder-dever de processar e punir seus agentes que cometam transgressões disciplinares, sendo assegurado pela CRFB-88 aos acusados exercerem a ampla defesa e o contraditório, com todos os recursos a eles inerentes, entretanto, este estudo, ao aferir o PADS no âmbito da Polícia Militar do Estado de Rondônia quanto a (in)observância dos pressupostos constitucionais, constatou que hipoteticamente, a discricionariedade instituída em certos procedimentos pelo RDPM-RO pode ensejar em supressão e inobservância das garantias do Devido Processo Legal, do Contraditório e da Ampla Defesa.

Dessa forma, buscando garantir a observância dos princípios constitucionais, evitando prejuízos ao acusado e a própria instituição militar, apresentou-se os principais aspectos que devem ser adotados, assim contribuindo para o processamento justo, indicando à Administração Policial Militar a acuidade na observância das garantias constitucionais, instando-os a visualizar a importância em promover aos policiais militares, submetidos a processo administrativo disciplinar, o direito ao processo justo regido pela Constituição Federal, bem como também proporcionando maior conhecimento da comunidade acadêmica sobre o Direito Administrativo Militar.

REFERÊNCIAS

ABREU, Jorge Luiz Nogueira de. **Direito administrativo militar**. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2010.

ASSIS, Jorge César de. **Curso de direito disciplinar militar**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2010.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 15 abr. 2017.

_____. Supremo Tribunal Federal, **Agravo de Instrumento 529.733 RS**. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/geral/verPdfPaginado.asp?id=393272&tipo=AC&descricao=Inteiro%20Teor%20AI%20/%20529733>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

_____. Supremo Tribunal Federal, **Súmula Vinculante n.º 5**. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/menusumario.asp?sumula=1199>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

_____. Superior Tribunal de Justiça, **Súmula n.º 343**. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/docs_internet/revista/eletronica/stj-revista-sumulas-2012_29_capSumula343.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2017.

CARVALHO, Matheus. **Manual de direito administrativo**. 4. ed. Salvador: Juspodivm, 2017.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 22. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

COSTA, Nelson Nery. **Constituição Federal anotada e explicada**. 5. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

CRETELLA JÚNIOR, José. **Direito administrativo brasileiro**. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

CUNHA JÚNIOR, Dirley da. **Curso de direito administrativo**. 7. ed. Salvador: Juspodivm, 2009.

DEZAN, Sandro Lucio. **Fundamentos de direito administrativo disciplinar**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2011.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

DIMOULIS, Dimitri (coord.). **Dicionário brasileiro de direito constitucional**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

FURASTÉ, Pedro Augusto. **Normas técnicas para o trabalho científico: elaboração e formatação. explicitação das normas da ABNT**. 15. ed. Porto Alegre, 2009.

GARIBALDI, Luís Carlos Gonçalves da Costa. **Direito administrativo e direito administrativo militar – curso de formação de cabos da PM-RO**. Porto Velho: SESDEC/RO - Diretoria de Ensino da PM-RO/, 2016.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LUZ, Egberto Maia. **Direito administrativo disciplinar: teoria e prática**. 4. ed. rev. atual. ampl. Bauru: EDIPRO, 2002.

MARINELA, Fernanda. **Direito administrativo**. 6. ed. Niterói: Impetus, 2012.

MARTINS, Eliezer Pereira. **Direito administrativo disciplinar militar e sua processualidade**. Leme: LED, 1996.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 2003.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. 30. ed. São Paulo: Malheiros, 2012.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de direito constitucional**. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2012.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Código de processo penal comentado**. 15. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

OLIVEIRA, Jefferson Braz de. **Aspectos constitucionais destacados regentes do processo administrativo disciplinar**. Florianópolis: UNISUL, 2004.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Hernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RONDÔNIA, **Constituição do Estado de Rondônia**. Disponível em: <<http://www.pm.ro.gov.br/index.php/2016-02-26-13-04-45/downloads/4725-legislacoes.html>> Acesso em: 23 abr. 2017.

_____. **Estatuto dos policiais militares da Polícia Militar do Estado de Rondônia (Decreto-Lei, nº 09-A, de 09 de março de 1982).** Disponível em: <<http://www.pm.ro.gov.br/index.php/2016-02-26-13-04-45/downloads/4725-legislacoes.html>> Acesso em: 23 abr. 2017.

_____. **Manual de ipm, sindicância e apfd da Polícia Militar Do Estado De Rondônia (Res. nº 099/SSLEG/PM-1, de 20 de janeiro de 1998).** Disponível em: <<http://www.pm.ro.gov.br/index.php/2016-02-26-13-04-45/downloads/4725-legislacoes.html>> Acesso em: 23 abr. 2017.

_____. **Manual de processo administrativo e conselho de disciplina. formalidades essenciais (M – 2 – PM).** Disponível em: <<http://www.pm.ro.gov.br/index.php/2016-02-26-13-04-45/downloads/4725-legislacoes.html>> Acesso em: 23 abr. 2017.

_____. **Procedimentos administrativos decorrentes do exercício dos poderes disciplinar e hierárquico e de polícia judiciária militar (diretriz geral de correição nº 01/99).** Disponível em: <<http://www.pm.ro.gov.br/index.php/2016-02-26-13-04-45/downloads/4725-legislacoes.html>> Acesso em: 23 abr. 2017.

_____. **Regulamento disciplinar da Polícia Militar do Estado de Rondônia.** Disponível em : <http://www.cbm.ro.gov.br/anexos/menu-conteudo/%7B4D065E26-B826-495F-BF34-D87A53415A95%7D_RegulamentoDisciplinarConsolidado.pdf> Acesso em: 26 abr. 2017.

_____. **Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Habeas Corpus, Processo nº 1009894-05.2007.822.0501, 1ª Câmara Criminal, Relator(a) do Acórdão: Des. Valter de Oliveira, Data de julgamento: 13/11/2007.**

_____. **Resolução nº 191/SSLEG, de 25 de agosto de 2013. Coletânea de legislação relativa à atividade correicional na PMRO (CL – 2 – PM).** Disponível em : <http://www.cbm.ro.gov.br/anexos/menu-conteudo/%7B4D065E26-B826-495F-BF34-D87A53415A95%7D_RegulamentoDisciplinarConsolidado.pdf> Acesso em: 26 abr. 2017.

ROSA, Paulo Tadeu Rodrigues. **Direito administrativo militar, teoria e prática.** 3. ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

VIEIRA, Liliane dos Santos. **Pesquisa e monografia jurídica: na era da informática.** 3. ed. Brasília: Brasília jurídica, 2007.